

# Raça social, um campo em disputa: empardecimento e apagamento de identidades no Brasil

*Social Race, a Contested Field: The Pardo Effect and the Erasure of Identities in Brazil*

Alexandre Mazetto Vieira\*

---

CARINE, Bárbara. *Raça social: uma leitura sobre a racialidade brasileira*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2026. 192 p.

---

O mito da democracia racial está definitivamente sobrepujado? Quais cuidados devem ser tomados ao mobilizar identidades e categorias como “branco” e “negro” no Brasil? O uso do termo “pardo” contribui para o apagamento de identidades? Como tais discussões impactam a política de cotas raciais no país e, sobretudo, atendendo a quais interesses? Essas questões estruturam a obra de Bárbara Carine, que oferece novo fôlego a um debate histórico, intensificado sobretudo a partir da Lei n. 10.639/2003 e progressivamente consolidado na Educação Básica e na produção acadêmica.

A obra se apresenta como um instrumento relevante, tanto para docentes que ainda enfrentam dificuldades na abordagem do marcador racial quanto para aqueles já inseridos na luta antirracista. Desde o título, a autora explicita sua compreensão de raça como uma construção social, alinhando-se a intelectuais como Sueli Carneiro e Kabengele Munanga, além das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Nessa perspectiva, raça é entendida como um marcador social que influencia — e muitas vezes determina — o lugar ocupado pelos sujeitos na sociedade brasileira.

Bárbara Carine se destaca como uma das principais referências contemporâneas no debate racial no Brasil, especialmente no campo educacional. Mulher negra, é uma das maiores autoras na discussão racial do país, sobretu-

---

\* Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), Unidade Regional de Ensino de Piraju, São Paulo, Brasil. alexandremazetto@yahoo.com.br <<https://orcid.org/0000-0002-0985-4833>>

do no âmbito educacional, tendo sido laureada com o Prêmio Jabuti de 2024, na categoria Educação, com seu livro *Como ser um educador antirracista*.

*Raça social: uma leitura sobre a racialidade brasileira* apresenta uma linguagem acessível, sem abrir mão do rigor teórico. Estruturada em cinco capítulos, organiza-se de forma progressiva: parte da definição de conceitos fundamentais, avança para a análise das relações raciais no Brasil, discute as políticas de ação afirmativa e culmina na crítica ao chamado “movimento Neopardo”.

Em seu primeiro capítulo, “O que é raça, afinal?”, a autora dá um panorama sobre o uso do conceito, de como ele foi criado e manobrado a fim de beneficiar um grupo e subalternizar outro. Inicia explicitando a forma como se entende “raça” hoje, utilizando como esteio o dispositivo de racialidade de Sueli Carneiro, evocando o termo em sua duplicidade: como produto social e também como um marcador das relações sociais. Na sequência, demonstra sua origem, retornando às classificações biológicas de Carl Linnaeus, no século XVIII, que tomou a pigmentação da pele como fator decisivo para dividir a humanidade, associando-a aos continentes e lançando base para a justificativa de hierarquização e hegemonia dos brancos europeus. Segue mostrando que a escravidão moderna operou uma mudança ontológica nas experiências escravistas: de pessoa escravizada para o escravo, objeto desumanizado, reduzido às finalidades de força de trabalho e prazeres sexuais. Ao voltar-se para o Brasil, reforça a incompletude do 13 de maio para a população negra, a falta de reparação histórica e como o discurso do “somos todos iguais” tenta desestabilizar os poucos avanços das políticas afirmativas, fechando os olhos para as relações assimétricas de poder e desigualdades sociais produzidas a partir do constructo “raça”.

No segundo capítulo, “Quem é branco no Brasil?”, Bárbara Carine objetiva caracterizar as especificidades que se dão nas relações raciais no país, em contraposição à experiência birracial estadunidense. Para tanto, inicia diferenciando branquitude, sistema de privilégios do grupo racial dominante, de brancos, pessoas que, independentemente de apoiarem ou não a manutenção dessa estrutura, desfrutam dos benefícios por conta de suas características fenotípicas. Escancara, assim, o abismo das diferenças de acesso dessa parte da população, denunciando os artifícios discursivos do mito da democracia racial, que procurou amenizar as relações violentas de miscigenação forçada, já

comprovadas geneticamente, e apagar a miscigenação induzida, que funcionou por meio de programas políticos de estímulo ao branqueamento da população, a partir de premissas do racismo científico. Com base em uma série de dados de precariedade e de negação de direitos, evidencia a essência do racismo brasileiro: a leitura social da “estampa” dos indivíduos. Quanto mais próximos às similitudes do sujeito branco, tido como universal, os privilégios tendem a aumentar; e, quanto mais distantes, física ou culturalmente (como religiões de matriz afro), os mínimos direitos e dignidade lhes são negados. O apelo que fica aos aliados, lidos racialmente como brancos, é que traíam a branquitude em prol não da perda de seus direitos, mas da democratização deles para além de seu grupo.

A construção da identidade negra e suas tensões internas são abordadas no terceiro capítulo: “Quem é negro no Brasil?”. O texto inicia com uma personagem fictícia, Zezinho, que encara problemas reais e midiaticamente conhecidos: a “confusão” entre negros e criminosos, o questionamento da capacidade intelectual e profissional, a falta de referências positivas à estética e às culturas afro-brasileiras, as dificuldades econômicas e sociais. Tais experiências são compartilhadas por pessoas negras, a despeito de serem pardas ou pretas, já que o racismo brasileiro se estabelece como um preconceito racial de marca. A discussão adentra as incongruências do termo “negro”; tentando demonstrar, por meio de indicadores, a aproximação entre pardos e pretos em relação ao distanciamento de privilégios sociais constituintes da branquitude. Elege três argumentos para a confusão atual com as categorias “negro” e “preto”: a proporção de pessoas de peles escuras distribuídas ao longo de um país continental, com diferentes tonalidades; as nomenclaturas oficiais utilizadas pelo IBGE; e uma renovação de vocabulário dentro de uma parte da militância para expandir o uso de “preto”. Tais desvios podem prejudicar políticas de reparação, caso o entendimento institucional das categorias se altere, desconsiderando pessoas pardas. Assevera a autora, junto a Carla Akotirene, que nunca houve um “Movimento *Preto* Unificado”; ou seja, é preciso reafirmar a identidade negra como entidade coletiva e agregadora.

No quarto capítulo, a autora discute as cotas raciais como uma conquista histórica do movimento negro organizado. Critica discursos contrários às ações afirmativas, especialmente aqueles que defendem a adoção exclusiva de critérios socioeconômicos, desconsiderando a dimensão racial das desigual-

dades. O levante contra a reserva de vagas de trabalho e em universidades baseia-se em três estratégias: (1) a da harmonia racial, em que as cotas deveriam ter apenas critérios de renda (o que ignora sua característica de reparação histórica da desigualdade passada, que produziu a do presente); (2) a do afro-oportunismo, que se apropria do discurso da mestiçagem para angariar vagas para pessoas brancas (enfrentado pelas novas organizações de bancas de heteroidentificação); (3) o questionamento ao conceito “negro”, tentando desvincular “pardo” de sua constituição (enfraquecendo o movimento coletivo e jogando-o contra os indígenas, tática também de “empardecer” os povos originários, tolhendo-lhes direitos, como o acesso às terras). Bárbara assevera que o antirracismo é necessário, mas limitador, no sentido em que sempre se contrapõe ao racismo, e que, como este, adquire novas formas a todo o tempo, determinadas pautas essenciais acabam sendo postas de lado para ter de defender discursos há muito suplantados, como o da democracia racial. Destaca, ainda, que políticas de favorecimento a pessoas brancas existiram historicamente — como no caso da Lei do Boi — e continuam operando de maneira informal. Assim, reafirma que as cotas não são privilégios, mas instrumentos de justiça social.

Uma crítica à emergência de discursos que buscam redefinir a categoria “pardo” é apresentada no capítulo final, “O movimento NeoPardo como reedição do mito da democracia racial no Brasil”. A autora argumenta que esse movimento promove a fragmentação da identidade negra e pode favorecer indivíduos brancos, além de enfraquecer o movimento negro e as lutas indígenas. Ao problematizar essas disputas identitárias, evidencia os riscos políticos envolvidos na redefinição das categorias raciais, especialmente no que diz respeito à manutenção de privilégios e à desarticulação de grupos historicamente marginalizados. A lógica neoparda fragmenta ainda mais uma população alijada de direitos e mantém aqueles que oprimem, a branquitude, salvaguardados em seus privilégios.

Ao final da leitura, é possível ter uma compreensão sólida acerca do marcador social da diferença “raça”, e suas dimensões históricas, políticas, sociais, psicológicas e educacionais. Sendo assim, a obra é de suma relevância para os professores e pesquisadores do campo do Ensino de História, primeiro porque convida a materializar o proposto pela Lei n. 10.639/2003 (atual 11.645/2008), e, segundo, porque repertoria e amplia possibilidades na dispu-

ta de sentidos sobre o passado, principalmente no trato com as políticas de embranquecimento e discursos da harmonia racial, evidenciando elementos velados. Outra contribuição ímpar é a do trato com os temas sensíveis em sala de aula: quanto mais segurança conceitual e percepção de traumas sócio-históricos o professor retiver, maior será a efetividade em auxiliar os discentes a construir suas identidades, muitas vezes nubladas por narrativas racistas que permeiam as escolas.

Como ressalva, é possível apontar a necessidade de articular a discussão racial a outros marcadores sociais, como classe, evitando interpretações que reduzam a complexidade das desigualdades estruturais. Ainda assim, a obra se consolida como uma contribuição fundamental para o campo educacional e para o debate público, reafirmando a centralidade da questão racial na compreensão da sociedade brasileira.